Publicação especial do Ministério da Fazenda para a COP31 | Antália, Turquia - Novembro 2026

O caminho brasileiro da Transformação Ecológica

Políticas e investimentos do Ministério da Fazenda para uma economia sustentável, inovadora e inclusiva.



COP31 TÜRKİYE ANTALYA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

FICHA TÉCNICA

Transformação Ecológica

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho
Vice-presidente da República

Dario Carnevalli Durigan
Ministro da Fazenda

Rogério Ceron de Oliveira
Secretário-executivo

Cristina Fróes de Borja Reis
Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

Robinson Sakiyama Barreirinhas
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil

Mathias Jourdain de Alencastro
Secretário de Assuntos Internacionais

Daniel Cardoso Leal
Secretário do Tesouro Nacional

Débora Freire
Secretária de Política Econômica

Regis Dudena
Secretário de Reformas Econômicas

Daniele Correa Cardoso
Secretária de Prêmios e Apostas

GABINETE DO MINISTRO

Rafael Dubeux
Assessor especial do Ministro da Fazenda

João Paulo Resende
Assessor especial do Ministro da Fazenda

Roberta Ludwig Romancini
Assessora da Assessoria Especial do Ministro da Fazenda

SECRETARIA EXECUTIVA

GABINETE

Rodrigo Octávio Orair
Diretor de Programa

SUBSECRETARIA DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Carolina Grottera
Subsecretária de Transformação Ecológica

Antonio Manoel Marques Guedes da Cruz Junior
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental

Guilherme Laux
Coordenador-geral de Finanças Sustentáveis e Bioeconomia

Sávia Gavazza dos Santos
Coordenadora-geral de Tecnologia e Transição Energética

Sabrina Maciel
Coordenadora-geral de Economia Circular e Adaptação

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE MERCADO DE CARBONO

José Pedro Bastos Neves
Secretário-adjunto da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono

Thiago Vasconcellos Barral Ferreira
Subsecretário de Implementação

Ana Paula Cunha Machado Cavalcante
Subsecretária de Regulação e Metodologias

Teresa Cristina de Melo Costa
Diretora de Assuntos Estratégicos

Luísa Heráclio Panico
Coordenadora-geral de Governança

Nathalie Vidual
Coordenadora-geral de Registro e Infraestrutura de Mercado

Karin Vazquez
Coordenadora-geral de Gestão de Emissões

Henrique Paiva
Coordenador-geral de Regulação

Giovanna Naspolini
Coordenadora-geral de Metodologias

Edna Luiz Brandão
Chefe de Gabinete

Gabriel Carmona
Chefe de Comunicação e Articulação

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Matias Rebello Cardomingo
Subsecretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável

Beatrice Fontenelle-Weber
Coordenadora-geral de Estrutura Produtiva e Sustentabilidade

Tuany Alves Nascimento
Coordenadora-geral de Análise de Impacto Social e Ambiental

Ayuni Larissa Mendes Sena
Coordenadora-geral de Finanças Sustentáveis

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA E NEGÓCIOS AGROAMBIENTAIS

Francisco Erismá Oliveira Albuquerque
Subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais

Camila Stefaní de Sousa Silva
Coordenadora-geral de Negócios Agroambientais

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA MACROECONÔMICA

Rafael de Azevedo Ramires Leão
Subsecretário de Política Macroeconômica

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

David Rebelo Athayde
Secretário Adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional

Mário Augusto Gouvêa de Almeida
Membro do Comitê Executivo do Eco Invest Brasil

Marina Macchetti Jabur e Silva
Assessora do Eco Invest Brasil

Alexandre de Oliveira Lima Loyo
Auditor Federal de Finanças e Controle

Fabio Coelho Barbosa
Auditor Federal de Finanças e Controle

Lucas Cepa Freiria
Auditor Federal de Finanças e Controle

Eduardo Osvaldo Seto Takeguma Kavaguti
Consultor | BID

Flávia Matos Monteiro
Consultora | BID



SECRETARIA DE REFORMAS ECONÔMICAS

Carlos Colombo
Diretor de Programa

Gustavo Henrique Ferreira
Analista de Planejamento e Orçamento

Vinicius Ratton Brandi
Subsecretário de Reformas Microeconômicas e Regulação Financeira

Fernando Ceschin Rieche
Coordenador-geral de Reformas Microeconômicas e Mercado de Capitais

Henrique Arakawa
Coordenador de Clima e Recursos Minerais

SECRETARIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Livia Farias Ferreira de Oliveira
Subsecretária de Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável

Julia de Medeiros Braga
Subsecretária de Acompanhamento Macroeconômico e de Políticas Comerciais

Flávio Luís Pazeto
Subsecretário de Finanças Internacionais e Cooperação Econômica

Daniela Ramos Guimarães de Faria
Coordenadora-Geral de Finanças Sustentáveis

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

EQUIPE DE CONSULTORES

Ricardo Batista
Coordenação-Geral

Elisa de Siqueira Regueira
Gestão Estratégica e Monitoramento

Manuela Andrade Abdala
Comunicação

Rafael Minoru
Comunicação

Larissa Mazolli
Finanças Sustentáveis

Victor Seabra Dornas
Adensamento Tecnológico

Aline Dias Ferreira de Jesus
Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares

Luiz Miranda
Transição Energética

Fernando Yuri Silva dos Anjos
Economia Circular

Demétrius de Freitas Ferreira
Infraestrutura Verde e Adaptação



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

ÍNDICE

Transformação Ecológica 5
Liderança, prosperidade e futuro para o Brasil

De Belém a Antália: o mundo avança na Transformação Ecológica 6
Dario Durigan

Brasil na COP31: diálogo, cooperação e ação pelo clima 7
Rafael Dubeux

O mercado de carbono como instrumento de transformação ecológica 8
Cristina Reis

Transformação Ecológica brasileira avança e chega à economia real 9
Carolina Grottera

Estrutura da Transformação Ecológica 10

Transformação Ecológica: cooperação interministerial 11

Vantagens competitivas brasilerias 12

Políticas e instrumentos da Transformação Ecológica 15

- **Mercado Regulado de Carbono do Brasil** 16
- **Eco Invest Brasil** 18
- **Taxonomia Sustentável Brasileira** 20
- **Fundo Florestas Tropicais para Sempre** 23
- **Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC)** 24
- **Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Fundos Concessionais** 25
- **Women Leaders in Finance** 26

Escolha seu caminho!

Clique nos títulos ou nos números para ***navegar pela cartilha.***

TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

Liderança, prosperidade e futuro para o Brasil



A crise climática colocou diante de todos um desafio urgente: como continuar crescendo sem repetir os padrões que nos trouxeram até aqui?

E o mundo não pode mais esperar pela resposta.

Por isso, a **Transformação Ecológica** já está em ação e tem colocado o Brasil em um novo ciclo de desenvolvimento, mais sustentável, com mais tecnologia e inovação, geração de empregos e oportunidades.

O Brasil tem muitos desafios, mas os resultados da **Transformação Ecológica** mostram a possibilidade de gerar prosperidade econômica e justiça social, ao mesmo tempo que enfrenta o desafio global do clima.

Nesta cartilha, produzida para a **COP31 na Turquia**, você poderá acompanhar as principais iniciativas coordenadas pelo **Ministério da Fazenda** para guiar o país pelo caminho de um futuro de baixo carbono.

MENSAGEM DO MINISTRO

De Belém a Antália: o mundo avança na Transformação Ecológica

Há um ano, o Brasil recebeu todos os povos do mundo em Belém, no coração da Amazônia. A COP30 reafirmou a importância de transformar os compromissos climáticos em realidade ao direcionar, cada vez mais, o mundo no caminho de uma economia inovadora, sustentável, justa e resiliente Desde então, avançamos em uma agenda integrada de desenvolvimento econômico, inclusão e enfrentamento da crise climática.

A Transformação Ecológica, coordenada pelo Ministério da Fazenda, orienta esse esforço ao mobilizar investimentos públicos e privados, ampliar o financiamento sustentável, estimular a inovação, fortalecer a bioeconomia e apoiar a descarbonização da indústria e da infraestrutura.

Chegamos à COP31 com a menor taxa de desmatamento da nossa história e determinados a aprofundar os avanços, fortalecer a liderança do Brasil na agenda de cooperação internacional e compartilhar soluções para uma transição justa, capaz de gerar oportunidades e melhorar a vida das pessoas.

Saudamos a Turquia por receber essa conferência e desejamos que a cidade de Antália marque mais um passo decisivo para um futuro com desenvolvimento sustentável, florestas em pé, prosperidade e redução das desigualdades.

Dario Durigan
Ministro
da Fazenda



O BRASIL NA COP31

Diálogo, cooperação e ação pelo clima

Reconhecido por sua capacidade de construir consensos internacionais, o Brasil chega à COP31, na Turquia, com o legado da COP30 de Belém e uma agenda climática ancorada na experiência da Transformação Ecológica e nos instrumentos inovadores desenvolvidos para mobilizar capital privado, precificar emissões de carbono e financiar a transição para uma economia ecologicamente sustentável.

Na frente da regulação internacional, o Brasil tem impulsionado a Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono, iniciativa coliderada com a União Europeia e com a China para harmonizar padrões e ampliar a cooperação entre os sistemas de precificação das emissões de carbono. Além disso, avançamos na chamada Super Taxonomia, ferramenta de integração e interoperabilidade entre as diversas taxonomias nacionais, como "catálogos de atividades econômicas" que orientam investimentos sustentáveis e respeitam a soberania e as prioridades de cada país.



No campo do financiamento sustentável, o Brasil apresentará os avanços do Tropical Forest Forever Facility (TFFF), fundo global para remuneração de países que preservam florestas tropicais, com mais de US$ 7,8 bilhões já comprometidos. Compartilhará, também, a experiência doméstica do Eco Invest Brasil, ferramenta inovadora de mobilização de capital privado em escala para projetos de transformação ecológica. Destacará, ainda, os resultados do marco legal do hidrogênio de baixo carbono, que abre ao Brasil a perspectiva de se tornar protagonista global na produção e no desenvolvimento tecnológico da cadeia de hidrogênio para setores como fertilizantes e aço verde.

Dessa forma, com instrumentos consolidados, resultados mensuráveis e propostas reconhecidas internacionalmente, o Brasil segue se destacando, pelo exemplo e diálogo, na construção de uma economia global mais inovadora, sustentável e justa.



Rafael Dubeux
Assessor Especial do Ministro da Fazenda

DO BRASIL PARA O MUNDO

O mercado de carbono como instrumento de transformação ecológica e de governança global

A aprovação da Lei nº 15.042, em dezembro de 2024, marcou um passo decisivo na construção de uma economia brasileira mais inovadora, competitiva e sustentável. Com a criação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) e da Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono, o país deu início à implementação de uma política pública capaz de estimular investimentos, modernizar a produção e promover redução de emissões.

Ao longo de 2026, transformamos o marco legal em entregas reais, como o desenvolvimento do Registro Central; a estruturação do Programa Brasileiro de Mensuração, Relato e Verificação de emissões pelas empresas; o Programa Brasileiro de Compensação de Emissões; a definição do cronograma de entrada dos setores econômicos no sistema até 2031 e a proposta de um Órgão Gestor permanente. Avanços construídos em diálogo com os setores produtivos, garantindo previsibilidade, segurança jurídica e incentivos à descarbonização.



No cenário internacional, a Coalizão Aberta para Mercados Regulados de Carbono representa uma conquista histórica para a governança climática global. Lançada na COP30, em Belém, a iniciativa ganhou dimensão global ao longo do ano, sob a liderança do Brasil e com a copresidência da China e da União Europeia.

Chegamos à COP31 com novas adesões, reunindo economias responsáveis por quase metade das emissões globais, e avanços na construção de padrões comuns, na cooperação técnica e na interoperabilidade entre mercados nacionais.

Essas duas conquistas se complementam e fortalecem o compromisso brasileiro com a neutralidade climática até 2050. Mais do que precificar emissões, estamos consolidando os mercados de carbono domésticos e internacionais para transformar compromissos climáticos em investimentos, inovação tecnológica e desenvolvimento econômico.



Cristina Reis
Secretária Extraordinária do Mercado de Carbono

APRESENTAÇÃO

Transformação Ecológica brasileira avança e chega à economia real

A Transformação Ecológica integra as agendas econômica e ambiental para fazer da resposta à crise climática um vetor de desenvolvimento, geração de empregos, inovação e superação das desigualdades. O plano articula finanças sustentáveis, tecnologia, reindustrialização, bioeconomia, transição energética, economia circular e infraestrutura resiliente.

Chegamos à Turquia para a COP31 com resultados concretos: US$ 5,5 bilhões captados em títulos soberanos sustentáveis; R$ 191 bilhões mobilizados pelo Eco Invest Brasil; R$ 27,5 bilhões para o Fundo Clima em 2026, mercado de carbono e taxonomia sustentável estabelecidos e em fase de implantação.



O Brasil também aprovou o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, dos minerais críticos, dos combustíveis do futuro, da produção de energia eólica offshore e da implantação de data centers sustentáveis. São avanços que fazem a agenda da sustentabilidade transformar e impulsionar a economia real.

Em Antália, o Brasil poderá compartilhar experiências e contribuir para ampliar o financiamento climático. O desafio é conciliar proteção ambiental e prosperidade, respeitando as diferentes realidades existentes no mundo e garantindo que os benefícios desse processo alcancem todas as camadas da sociedade.



Carolina Grottera

Subsecretária de Transformação Ecológica da Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda

Transformação Ecológica no Ministério da Fazenda

Objetivos

- Emprego e Produtividade
- Sustentabilidade Ambiental
- Justiça Social

Eixos

1. Finanças Sustentáveis
2. Adensamento Tecnológico
3. Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares
4. Transição Energética
5. Economia Circular
6. Nova Infraestrutura Verde e Adaptação

Instrumentos

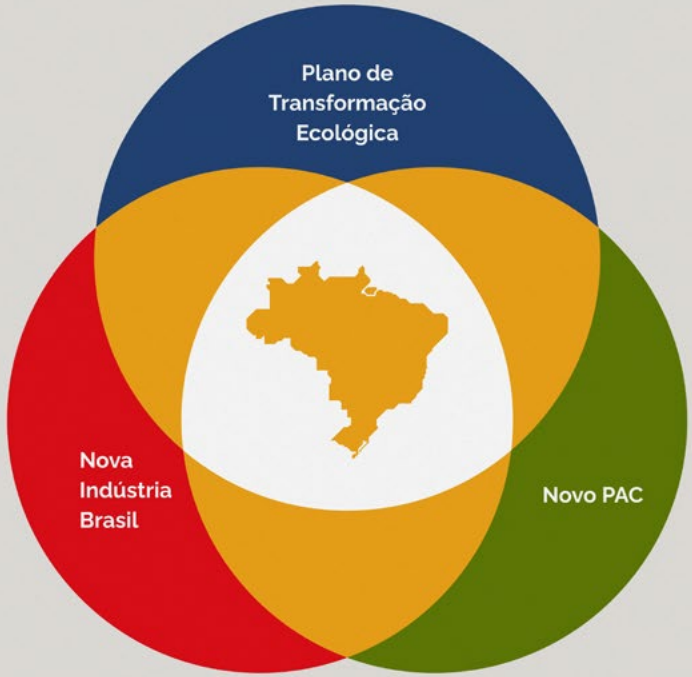
- Financeiros
- Creditícios
- Administrativos
- Regulatórios
- Fiscais
- Monitoramento

Cooperação interministerial para uma economia mais sustentável

O governo brasileiro tem realizado importantes iniciativas transversais de cooperação entre diversos ministérios e ampliado em bilhões de reais os investimentos para o avanço e estruturação de uma nova economia de baixo carbono.

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO ECOLÓGICA

O Ministério da Fazenda cria novos instrumentos financeiros e amplia recursos para colocar o país na vanguarda da Transformação Ecológica.



NOVA INDÚSTRIA BRASIL

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços lidera uma neoindustrialização sustentável, no campo e nas cidades, com empregos de alta qualidade e baixo impacto ambiental.

NOVO PAC

A Casa Civil conduz obras e investimentos sustentáveis — energia limpa, infraestrutura verde, cidades mais resilientes.

Vantagens competitivas brasileiras



Vantagens competitivas brasileiras



ÁREA TOTAL

+ 8,5

MILHÕES KM²

5º NO MUNDO

MAIOR FLORESTA TROPICAL



E A MAIOR BIODIVERSIDADE DO MUNDO



20%

DA BIODIVERSIDADE DO PLANETA

ECONOMIA



PIB + US$ 2,2 TRILHÕES

9º NO MUNDO

POPULAÇÃO



+ 210 MILHÕES

7º NO MUNDO

Brasil, potência energética

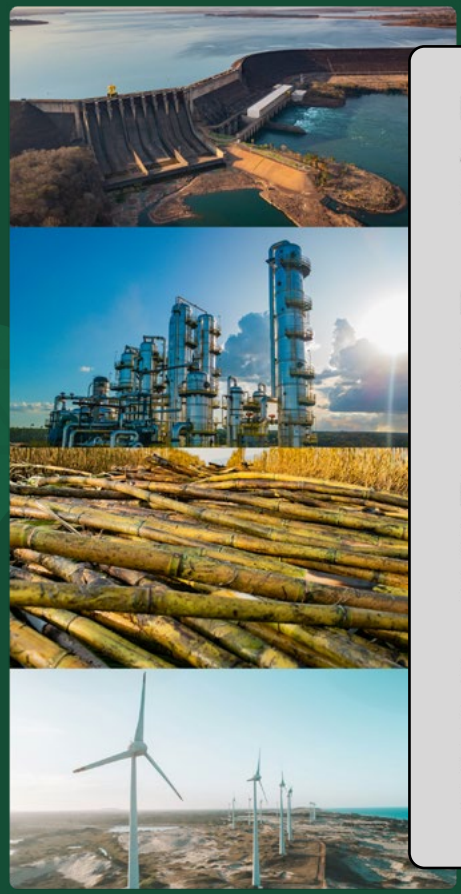
3ª MAIOR
RESERVA DE **NÍQUEL** E **GRAFITA**

TOP 5
NA EXTRAÇÃO MUNDIAL DE **LÍTIO**

2ª MAIOR
RESERVA DE **TERRAS RARAS** DO **MUNDO**

7ª MAIOR
RESERVA DE **URÂNIO** DO MUNDO

... e ambiental.



MATRIZ ELÉTRICA RENOVÁVEL
aprox. 90% — Brasil
29,9% — Mundo[1]

MATRIZ ENERGÉTICA RENOVÁVEL
50% — Brasil
14,3% — Mundo[1]

BIOCOMBUSTÍVEIS
2º maior produtor de **etanol**
3º maior produtor de **biodiesel**[2]

POTENCIAL RENOVÁVEL
Entre as **melhores condições de insolação e vento** do planeta[3]

1 Empresa de Pesquisa Energética.

2 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

3 Global Wind Atlas, Global Solar Atlas.

Políticas e instrumentos da Transformação Ecológica



Do marco legal à implementação: um ano de entregas do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões

A Secretaria Extraordinária do Mercado de Carbono vem implementando a Lei nº 15.042/2024 por meio da definição de regras, governança e infraestrutura, em diálogo com os setores produtivos, para um mercado seguro, íntegro e eficiente.

SAIBA MAIS SOBRE A SEMC

gov.br/fazenda/pt-br/composicao/orgaos/mercado-de-carbono

IMPLEMENTAÇÃO DO SBCE NO BRASIL

2025 – 2026 — Fase 1
Regulamentação

2027 — Fase 2
Preparação operacional

RELATO • EMPRESAS DA 1ª ETAPA

2028 – 2029 — Fase 3
Monitoramento e relatos obrigatórios

RELATO • EMPRESAS DA 2ª ETAPA

2030 – 2031 — Fase 4
Início do mercado: 1º Plano Nacional de Alocação

RELATO • EMPRESAS DA 3ª ETAPA

Fase 5
Implementação plena

MERCADO REGULADO DE CARBONO DO BRASIL: AVANÇOS EM 2026

Concluído

- **Guia de ativos ambientais** publicado
- Definido o **cronograma** para setores produtivos iniciarem **relato de emissões**
- **Governança Instituída -** Comitê Técnico Consultivo, Grupos Técnicos e Câmara de Assuntos Regulatórios

Previsto até dezembro

- Credenciamento de **organismos de verificação**
- Programas de **Mensuração, Relato e Verificação e de Compensação de Emissões**

Em implementação

- Desenvolvimento da proposta de estruturação do órgão gestor
- **Registro Central Digital**
- Engajamento dos setores e regulamentação dos **ITMOs**

Coalizão Aberta de Mercados Regulados de Carbono: liderança brasileira, alcance global

Lançada pelo Brasil na 30ª Conferência das Partes (COP30), em Belém, a Coalizão consolidou-se em 2026 e chega à COP31, em Antália, com novos participantes e avanços na governança, na cooperação técnica e na aproximação entre os mercados nacionais.

DA DECLARAÇÃO ÀS PRIORIDADES

2025

Novembro
COP30, Belém: lançamento da declaração

2026

MAIO
Formalização da Coalizão e aprovação da governança

SETEMBRO
Aprovação do plano de trabalho

NOVEMBRO
COP31, Antália: definição das prioridades

OBJETIVOS DA COALIZÃO

- **Alinhar metodologias de mensuração de carbono** em produtos e serviços.
- **Estimular a interoperabilidade** entre mercados nacionais e evitar barreiras comerciais.
- **Precificar as externalidades da poluição e incentivar a descarbonização** da economia mundial

Presidência

Copresidência

Demais membros
Alemanha, Canadá, Cingapura, Coréia do Sul, França, Indonésia, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e Turquia

O ALCANCE DA COALIZÃO

- **+ 42,2% das emissões globais** de gases de efeito estura cobertas pelos membros
- **+ US$ 49 trilhões em PIB somado,** perto da metade da economia mundial
- **13 membros** entre países e blocos econômicos
- **+ 28 observadores** entre países, organizações internacionais, bancos e entidades setoriais

Eco Invest Brasil

Eco Invest Brasil: capital público que multiplica o investimento privado

O programa Eco Invest Brasil utiliza recursos públicos como capital catalítico para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros, para projetos sustentáveis e estratégicos. O modelo, conhecido como blended finance, reduz riscos financeiros e cambiais e diminui o custo do financiamento de longo prazo.

1º LEILÃO

Transição energética, infraestrutura verde e adaptação, bioeconomia e economia circular

R$ 44,6 bi

2º LEILÃO

Recuperação de terras e pastagens degradadas: até 1,4 milhão de hectares

R$ 30,2 bi

3º LEILÃO

Hedge cambial e participação societária (equity): transição energética, infraestrutura verde e adaptação, bioeconomia e economia circular

R$ 52,8 bi

CINCO LEILÕES, R$ 191 BILHÕES EM INVESTIMENTOS PREVISTOS.

4º LEILÃO

Projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura com foco na Amazônia Legal

R$ 13,2 bi

5º LEILÃO

Fundos de inovação e crédito corporativo, com previsão de investimentos em P,D&I.

Seis cadeias estratégicas: fertilizantes verdes, beneficiamento de minerais críticos, combustíveis sustentáveis, química verde e biomateriais inteligência artificial e circularidade de resíduos.

R$ 49,95 bi

5º Leilão do Eco Invest Brasil pode viabilizar R$50 bilhões em investimentos

Os resultados do 5º Leilão foram divulgados em outubro de 2026. Seis instituições financeiras apresentaram lances, totalizando 23 propostas. Foram selecionados quatro bancos privados – Bradesco, Itaú, Santander e HSBC – com potencial de mobilizar R$ 36,75 bilhões em capital privado e viabilizar R$ 49,95 bilhões em investimentos totais.

SAIBA MAIS SOBRE O ECO INVEST BRASIL

monitorecoinvestbr.tesouro.gov.br

instagram.com/ecoinvestbr

No 5º Leilão, cada R$ 1 de recurso público pode viabilizar quase R$ 4 em investimentos.

ACUMULADO DOS CINCO LEILÕES

R$ 191 BI
em investimentos totais previstos

R$ 151,1 BI
em capital privado mobilizado

R$ 54,8 BI
em capital catalítico público

5 LEILÕES
realizados desde o lançamento do programa

14 BANCOS PARTICIPANTES
Itaú, HSBC, Santander, Caixa, Citibank, Bradesco, BNDES, Safra, Banco do Brasil, BTG Pactual, Rabobank, Banco Votorantim e ABC Brasil

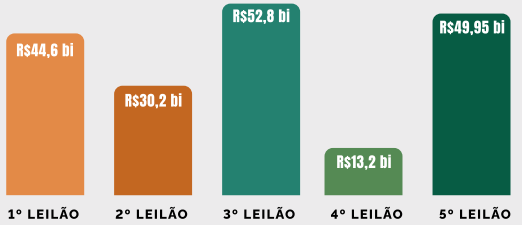
Composição do investimento acumulado



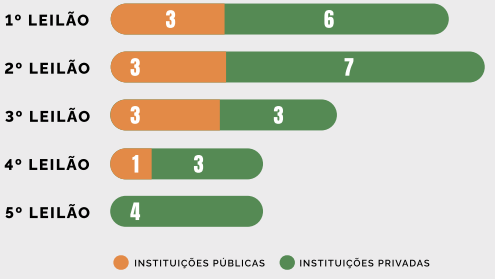
R$54,8 bi
CAPITAL CATALÍTICO PÚBLICO

R$151 bi
CAPITAL PRIVADO MOBILIZADO

Investimentos totais previstos por leilão



Instituições financeiras públicas e privadas por leilão



Fonte: Ministério da Fazenda. Leilões 1 a 4: Coletiva de Imprensa (2026); 5º Leilão: resultados divulgados em 7/10/2026.

Taxonomia Sustentável Brasileira: critérios comuns para o investimento sustentável

A Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB) é o sistema oficial que define quais atividades, ativos e projetos podem ser considerados ambiental e socialmente sustentáveis. Com critérios científicos claros, ela orienta investidores, bancos e empresas e reduz o risco de greenwashing.

Construída com mais de 400 participantes que representam os setores público, privado e a sociedade civil, a TSB abrange oito grandes setores da economia e se conecta a instrumentos como o Eco Invest, a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos (BIP) o Fundo Clima, e os títulos soberanos sustentáveis.

Uma linguagem comum para que os recursos cheguem às atividades que são, de fato, sustentáveis.

1ª EDIÇÃO

- **A primeira versão dos cadernos** passou por consulta pública.
- **Bancos e gestoras de recursos** já testaram os critérios desenvolvidos na primeira edição para os objetivos climáticos (mitigação e adaptação às mudanças climáticas) e socieconômico (redução de desigualdades raciais e de gênero).
- **Testes com empresas** de economia real estão em andamento.

2ª EDIÇÃO

Já está em desenvolvimento, com critérios para quatro novos objetivos

- Proteção e restauração da biodiversidade e dos ecossistemas.
- Transição para a economia circular.
- Uso sustentável do solo e conservação, manejo e uso sustentável das florestas.
- Redução das desigualdades regionais e territoriais.

8 setores da economia contemplados na 1ª edição

400+ participantes dos setores público e privado, sociedade civil, especialistas e organismos internacionais

28 instituições, entre bancos, gestoras de ativos e empresas, na testagem da 1ª edição

4 novos objetivos na 2ª edição, que entrou em consulta pública em meados de outubro de 2026

CADERNO SETORIAL	O QUE ABRANGE
Agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura	Produção de alimentos, florestas plantadas e nativas, pesca e criação de peixes.
Indústrias extrativas	Mineração.
Indústria de transformação	Setor industrial, abrangendo a fabricação de produtos como aço, cimento, química, papel e celulose.
Eletricidade e gás	Geração, transmissão e distribuição de energia, incluindo a infraestrutura associada.
Água, esgoto e resíduos	Saneamento básico, tratamento de esgoto, coleta e reciclagem de resíduos.
Construção	Edificações e planejamento urbano.
Transporte e logística	Transporte de pessoas e cargas, infraestrutura de transportes e armazenagem.
Serviços sociais, turismo e tecnologias de informação e comunicação	Atividades turísticas e de comunicação informação.

4 CADERNOS TRANSVERSAIS, QUE VALEM PARA TODOS OS SETORES

1 Metodologia para seleção de atividades e desenvolvimento de critérios para os objetivos climáticos e ambientais

2 Salvaguardas mínimas

3 Monitoramento, reporte e verificação (MRV)

4 Enfrentamento das desigualdades (raça e gênero e territoriais)

Conectando taxonomias sustentáveis: a agenda global de interoperabilidade

A Iniciativa do Roteiro de Taxonomia (Taxonomy Roadmap Initiative – TRI, em inglês) ganhou, em Belém, o status de Plano de Aceleração de Soluções (PAS) da Agenda de Ação da COP30, o qual ficou conhecido como "Supertaxonomia".

Em 2026, sob a presidência do Brasil, a iniciativa avança na construção de abordagens e ferramentas que facilitem o diálogo entre diferentes taxonomias, respeitando as especificidades nacionais de cada país rumo à etapa de implementação.

O que é?

A TRI é uma plataforma voluntária de cooperação internacional que busca apoiar o desenvolvimento, a interoperabilidade e, cada vez mais, a implementação efetiva das taxonomias sustentáveis, respeitando as prioridades e circunstâncias de cada jurisdição.

Parceiros

A TRI reúne organizações e redes internacionais como IFC, SBFN, PNUD, UNEP FI, GIZ, Climate Bonds Initiative e PRI, além do Ministério da Fazenda do Brasil, que exerce a presidência da iniciativa em 2026.

Por que importa?

Diferenças entre taxonomias podem aumentar custos e a complexidade para empresas e investidores que atuam em diferentes mercados.

Taxonomias sustentáveis interoperáveis facilitam a compreensão e a comparação de investimentos sustentáveis entre diferentes mercados, orientando e facilitando os fluxos de investimento.

O que a Supertaxonomia busca

- Maior comparabilidade entre taxonomias sustentáveis de diferentes países
- Redução de custos e complexidades para empresas e investidores que atuem em diferentes mercados
- Maior transparência e integridade na mobilização internacional de capital sustentável
- Ampliação da cooperação internacional, preservando as prioridades e especificidades nacionais

SAIBA MAIS SOBRE A TSB

www.gov.br/fazenda/pt-br/orgaos/spe/taxonomia-sustentavel-brasileira

TROPICAL FOREST FOREVER FACILITY

O TFFF avança na construção de um novo modelo global: inovação financeira para a conservação das florestas

Fundo global de financiamento misto destinado a remunerar países que mantêm florestas tropicais e subtropicais conservadas.

Desde seu lançamento na COP30, o TFFF tem avançado de forma significativa. Com meta de mobilização de US$ 10 bilhões no primeiro ano, já foram comprometidos aproximadamente US$ 7,8 bilhões por países patrocinadores e entidades da filantropia.

Também houve avanços importantes na governança, com a definição do Banco Mundial como Secretariado do TFFF e formação do Conselho Diretor do Fundo, composto por 12, sendo 6 países com florestas tropicais e 6 países investidores/ doadores, além da aprovação do estatuto.

Em junho de 2026, Luxemburgo foi definido como a jurisdição que sediará o Tropical Forest Investment Fund (TFIF), a estrutura financeira do TFFF destinada a receber os aportes dos investidores e gerenciar os recursos antes de sua transferência ao mecanismo de pagamento.

Países com Florestas Tropicais devem destinar ao menos 20% dos recursos recebidos a Povos Indígenas e Comunidades Locais (PICLs).

Hidrogênio de baixa emissão: Brasil cria incentivos para uma nova indústria verde

Com uma matriz elétrica majoritariamente renovável e abundância de recursos naturais, o Brasil reúne condições favoráveis para se tornar um dos grandes produtores e exportadores mundiais de hidrogênio de baixo carbono e atrair parte relevante da cadeia industrial global da transição energética, principalmente em setores de difícil descarbonização, como fertilizantes, siderurgia, cimento, indústria química e transporte pesado.

Para impulsionar essa nova indústria, o país aprovou em 2024 o marco legal do hidrogênio e criou o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), regulamentado em agosto de 2026. O programa concede créditos fiscais por meio de leilões competitivos, nos quais vencem os projetos de produção ou consumo que solicitarem o menor incentivo por quilo de hidrogênio comercializado. O primeiro leilão está em preparação, com apoio do Banco Mundial, do UNIDO e da H2Global.

Até R$ 18,3 bilhões em créditos fiscais, entre 2030 e 2034, para incentivar a produção e o consumo de hidrogênio de baixa emissão no Brasil.

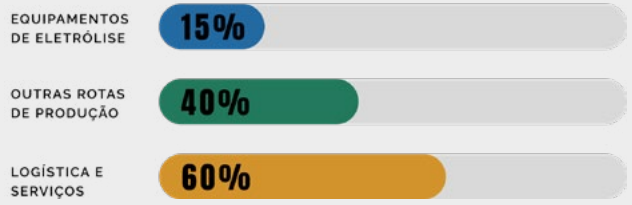
Leilões competitivos
Créditos concedidos aos projetos que pedirem o menor incentivo por quilo de hidrogênio.

≤ 7 kg de CO_2eq/kg H_2
Limite inicial de emissões para a classificação do hidrogênio de baixa emissão de carbono.

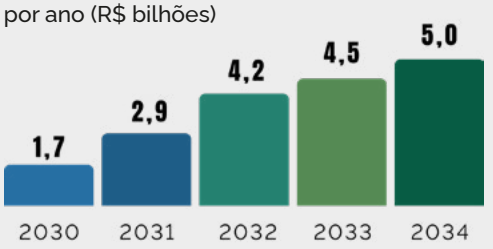
5 setores prioritários
Fertilizantes, Siderurgia, Cimento, Química e Transporte Pesado

+ inovação & + sustentabilidade
Percentuais mínimos de investimento exigidos pelo Rehidro, conforme as condições regulamentares.

REHIDRO
Os projetos habilitados no Rehidro poderão participar dos leilões



PHBC
Crédito fiscal do PHBC por ano (R$ bilhões)



Fontes: Lei nº 14.948/2024; Lei nº 14.990/2024 (redação dada pela Lei nº 15.269/2025); Decreto nº 13.096/2026; Ministério da Fazenda.

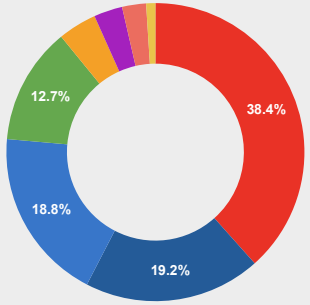
Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos (BIP)

A Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos (BIP) é uma iniciativa conjunta do MF, MMA, MDIC, MME e BNDES que conecta projetos, fundos e investidores nacionais e internacionais, públicos e privados.

A plataforma busca estruturar carteiras de projetos (*pipelines*) alinhados à transformação ecológica, facilitando a mobilização de recursos para investimentos em desenvolvimento sustentável e ação climática no Brasil.

Volume potencial de investimentos por tema

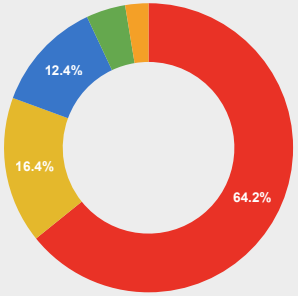
USD milhões



- Hidrogênio 38.4%
- Combustíveis sustentáveis 19.2%
- Aço / Alumínio 18.8%
- Minerais estratégicos 12.7%
- Bioinsumos e fertilizantes 4.2%
- Agricultura regenerativa 3.1%
- Cimento 2.6%

Volume potencial de investimentos por região

USD milhões



- Nordeste 64.2%
- Norte 16.4%
- Sudeste 12.4%
- Sul 4.4%
- Centro-Oeste 2.6%

23 projetos apoiados

USD 24,3 bi de potenciais investimentos

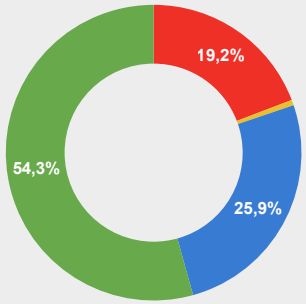
USD 4,1 bi Investimentos já confirmados

Fundos Climáticos Concessionais

Os fundos climáticos concessionais são uma importante fonte de recursos internacionais para financiar a transformação ecológica do Brasil. No Ministério da Fazenda, nós utilizamos esses recursos de forma estratégica para estruturar novos projetos e reduzir os riscos de novos negócios verdes, atraindo investidores privados para aquilo que realmente gera impacto.

Distribuição dos recursos mobilizados por fundo

USD milhões*



- CIF 54,3% US$ 3,27 bi
- GCF 25,9% US$ 1,56 bi
- GEF 19,2% US$ 1,16 bi
- GEF/GBFF 0,6%

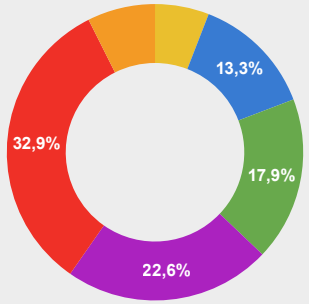
*Inclui recursos concessionais e cofinanciamento mobilizado.

Maior volume de investimentos já mobilizados (US$ 6 bilhões em 2023-2026)

Com 41 projetos financiados.

Valor total de recursos concessionais de fundos climáticos por tema

USD milhões*



- Adaptação / Infraestrutura 5,9%
- Biodiversidade 13,3%
- Mitigação 17,9%
- Transição Energética 22,6%
- Uso do Solo 7,4%
- Transversal e outros 32,9%

Women Leaders in Finance (WIF)

Articulada internacionalmente desde 2024, sob a liderança do Ministério da Fazenda do Brasil, a Women Leaders in Finance (WIF) é uma plataforma global que conecta mulheres dos setores público e privado, academia e organismos internacionais para ampliar sua influência nas decisões econômicas e financeiras e promover uma governança mais inclusiva e sustentável.

SAIBA MAIS SOBRE A PLATAFORMA WIF

www.womenfinance.org

Desde seu lançamento, a WIF mobilizou lideranças femininas em 12 eventos vinculados às agendas globais de governança econômica, financiamento para o desenvolvimento e ação climática, fortalecendo redes de cooperação e diálogo qualificado.

Com o PNUD como Secretaria Executiva desde setembro de 2025, a Plataforma lançou, em 2026, uma chamada internacional de pesquisas com a University College London (UCL) e prepara programas de formação executiva e mentoria para 2027, fortalecendo a atuação das mulheres nos espaços de decisão econômica e financeira.




COP31
TÜRKİYE
ANTALYA
MINISTÉRIO DA
FAZENDA
GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO